

**Os riscos de se tentar conferir plena cidadania teórica ao pensamento ético  
de Nietzsche: uma discussão de *Nietzsche and Contemporary Ethics* de  
Simon Robertson**

*The Risks of Reading Nietzsche's ethical Thinking theoretically: a Discussion of Simon  
Robertson's Nietzsche and Contemporary Ethics*

**Rogério Lopes<sup>1</sup>**

**Resumo:**

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as principais teses defendidas por Simon Robertson em seu livro *Nietzsche and Contemporary Ethics*, tanto em suas reivindicações exegéticas quanto sistemáticas. Robertson tem coisas inovadoras e estimulantes a dizer tanto para um leitor prioritariamente interessado em compreender a teoria moral nietzschiana quanto para aquele interessado em questões mais amplas de teoria moral contemporânea, em especial na tradição analítica. O autor percorre os principais debates da área, tomando posição em teoria normativa, em metaética, em psicologia moral e nos estudos nietzschianos. Robertson mobiliza uma série de recursos argumentativos e exegéticos dos quais resulta uma imagem final do ideal perfeccionista de Nietzsche que é teoricamente consistente e que se estabelece como uma alternativa relevante na paisagem contemporânea das teorias éticas. Essa alternativa envolve uma crítica robusta à autoridade normativa da moralidade, uma psicologia moral sentimentalista, uma concepção de vida boa que conjunta os bens da excelência e do florescimento, uma concepção modesta da normatividade que conjunta elementos internalistas e externalistas e, por fim, uma posição metaética irrealista que se diferencia tanto do realismo (que pressupõe a existência de propriedades normativas ontologicamente robustas) quanto de posições acentuadamente reformistas (formas de ficcionalismo e de não cognitivismo, por exemplo). O artigo reconstrói os principais argumentos de Robertson a favor desse conjunto de teses e procura avaliar (1) em que medida eles são convincentes, tanto em suas reivindicações sistemáticas quanto exegéticas e (2) em que medida suas escolhas metodológicas resistem a contestações críticas.

**Abstract:**

The aim of the present article is to display and debate the main interpretive and philosophical claims defended by Simon Robertson in his *Nietzsche and Contemporary Ethics*. Robertson presents innovative and stimulating arguments that might interest primarily readers willing to better understanding the Nietzschean moral theory, as well as researchers interested on broader issues of contemporary moral theory, particularly in the analytic tradition. The author covers the main debates in the area, taking sides in disputes going on in normative theory, metaethics,

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Filosofia da UFMG. E-mail: roganlopes@gmail.com

moral psychology and Nietzschean studies. Robertson mobilizes a set of interpretive and (purely) philosophical arguments, which delivers to the reader a final picture of Nietzsche's perfectionist ideal. It is a theoretically consistent ideal that can be endorsed as a relevant alternative in the contemporary landscape of ethical theories. This alternative involves a powerful critique of the normative authority of morality, a sentimentalist moral psychology, a conception of the good life that combines the goods of excellence and flourishing, a modest conception of normativity that brings together internalist and externalist elements, and, finally, a irrealist metaethics that differs both from realism (which presupposes ontologically robust normative properties) and from reformist views (such as fictionalism and non-cognitivism). The article reconstructs Robertson's main arguments in favor of this set of claims, seeking to assess (1) to what extent they are convincing, both in their philosophical and interpretive ambitions and (2) how capable his methodological choices are to address critical challenges.

---

## I Introdução

Nas linhas de abertura de seu minucioso estudo monográfico sobre Nietzsche e a ética contemporânea<sup>2</sup>, Robertson exprime algo da perplexidade presente no registro de Philippa Foot, feito cinco décadas atrás<sup>3</sup>, no qual a autora constata a absoluta inexistência de qualquer reação por parte da filosofia moral analítica anglo-saxã ao desafio que o projeto ético de Nietzsche coloca não só para as teorias morais hegemônicas, como também para boa parte das nossas intuições morais no ocidente (para as nossas crenças morais de primeira ordem, poderíamos dizer). Embora reconheça que o cenário da filosofia moral analítica tenha se tornado menos hostil à presença de Nietzsche nos últimos anos, após a superação de alguns obstáculos sociológicos e estilísticos, Robertson entende que ele ainda é visto sobretudo como um convidado suspeito, que exige algum monitoramento para não por a perder as regras do bom tom argumentativo que devem prevalecer nos embates dialéticos da área.

Essa é uma forma elegante de introduzir o problema, e nos permite situar as pretensões que guiam o livro que será objeto da presente discussão: trata-se do primeiro grande esforço de

---

<sup>2</sup> Robertson, S. *Nietzsche and Contemporary Ethics*. Oxford: OUP, 2020, p. 1.

<sup>3</sup> Foot, P. "Nietzsche: The Revaluation of All Values", 1973/2001: "How is it [...] that philosophers today do not even try to refute Nietzsche, and seem to feel morality as firm as ever under their feet?" (p. 210-211). Vinte anos depois ela voltaria a se manifestar sobre esse estranho silêncio por parte da comunidade filosófica: "Why do so many contemporary moral philosophers, particularly of the Anglo-American Analytic School, ignore Nietzsche's attack on morality and just go on as if this extraordinary event in the history of thought had never occurred?" (Foot, P. "Nietzsche's Immoralism", 1994: p. 3).

conferir plena cidadania teórica ao pensamento ético de Nietzsche, realizado por alguém que domina as ferramentas conceituais, o repertório de questões e o leque de posições teóricas disponíveis na filosofia moral contemporânea de orientação analítica. Uma outra forma de apresentar o livro de Robertson seria compreendê-lo como uma tentativa de mostrar que Williams estava equivocado ao associar a força do pensamento ético de Nietzsche à sua resistência à assimilação pela teoria<sup>4</sup>. O livro se constrói, pelo menos parcialmente, na contramão dessa sugestão de Williams, ainda que o próprio autor dê a entender em sua seção metodológica (1.3) que segue uma recomendação sua ao se perguntar qual o melhor uso que se pode fazer de Nietzsche<sup>5</sup> e ao caracterizar o seu perfeccionismo também como antiteorético (seção 9.3 e 9.4). Robertson de fato se orienta pela pergunta de Williams, mas oferece a ela uma resposta que contraria seu ceticismo acerca da filosofia como atividade orientada para a produção de teorias. O uso mais produtivo a ser feito de Nietzsche na perspectiva do autor consiste justamente em colocá-lo a serviço do desenvolvimento de teorias, mostrando que seu pensamento permite uma reconstrução em termos de uma teoria ética abrangente, ambiciosa, desafiadora e defensável em seus contornos mais gerais, o que não é o mesmo que oferecer uma *teoria codificada* que forneça regras procedimentais ou mesmo de avaliação válidas para todos os agentes em quaisquer circunstâncias e independentemente de seus motivos.

Essa rápida caracterização inicial do livro de Robertson deve valer como um alerta para aqueles que esperam uma exegese fidedigna dos textos de Nietzsche. O autor confere prioridade ao propósito sistemático de acessar criticamente ideias que se encontram dispersas e, muitas vezes, em formato meramente sugestivo nos textos do filósofo. O estudo de Robertson poderá irritar os que concordam com Williams e simpatizam com a imagem de um Nietzsche essencialmente hostil à teorização. Mas mesmo leitores com essa inclinação poderão se sentir estimulados, desde que sejam ao mesmo tempo suficientemente abertos a bons argumentos e estejam interessados não apenas em Nietzsche, mas em debates de ética contemporânea de forma mais geral. Veremos alguns deles na sequência dessa discussão que, entretanto, terá que ser, por razões de espaço, bastante seletiva em seu enfoque. Como este texto integra um dossiê sobre o perfeccionismo de Nietzsche, privilegio os capítulos do livro de Robertson que tratam

---

<sup>4</sup> “Com Nietzsche [...] a resistência a dar prosseguimento à filosofia por meios ordinários é arquitetada no texto, que dispõe de armadilhas não só contra a reconstituição de teorias a partir dele como, em muitos casos, contra qualquer exegese sistemática que o assimile à teoria” (Williams, B. “A psicologia moral minimalista de Nietzsche”, 2011, p. 17).

<sup>5</sup> Williams por sua vez segue aqui a conhecida recomendação de Foucault. Ver *Microfísica do Poder*, 1985: p. 143: “Quanto a mim, os autores que gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar... que os comentadores digam se é ou não fiel, isso não tem o menor interesse.”

mais diretamente do tema (os capítulos 9 a 11). Esta é a razão pela qual a seção V deste artigo é de longe a mais extensa, ocupando quase metade da nossa discussão.

## II Estrutura do livro

A avaliação sistemática do projeto ético de Nietzsche (a famosa *transvaloração de todos os valores*) envolve primeiramente (1) a reconstrução de sua *parte negativa*, que consiste em sua crítica à moralidade, que por sua vez envolve dois componentes: (a) a contestação de inúmeros pressupostos metaéticos (crenças de segunda ordem) que sustentam o pensamento moral e (b) a contestação de inúmeras crenças morais de primeira ordem acerca de quais valores, normas, disposições de caráter e formas de vida devemos cultivar; e em segundo lugar, (2) a reconstrução de seu ideal ético positivo, que não deve, por razões de coerência mínima, reincidir no que é julgado problemático na moralidade. Embora essa estrutura geral do projeto nietzschiano de transvaloração seja pouco controversa, a tentativa de avaliar a sua natureza e plausibilidade confronta o leitor com uma série de desafios exegéticos e teóricos para os quais o estudo de Robertson pretende oferecer respostas. O autor organiza esses desafios em quatro grandes blocos temáticos: (i) o problema do escopo da crítica de Nietzsche à moralidade; (ii) a natureza da transvaloração dos valores morais; (iii) os contornos do ideal positivo defendido por Nietzsche; (iv) o problema da autoridade normativa desse novo ideal. Essa forma de organizar o debate oferece ao autor a estrutura do livro. Uma primeira parte (que vai dos capítulos 2 a 6) é dedicada à crítica de Nietzsche à moralidade; uma segunda parte (que abrange os capítulos 7 e 8) se dedica a apresentar e avaliar criticamente os compromissos da psicologia moral e filosófica de Nietzsche; finalmente, uma terceira parte (que inclui os capítulos 9 a 12) expõe os detalhes de seu ideal ético alternativo, que é identificado com uma forma de perfeccionismo e detalhadamente caracterizado. Um último capítulo (13) retoma os principais passos argumentativos do livro e oferece uma avaliação final das contribuições de Nietzsche para a teoria ética contemporânea. O livro conta ainda com dois pequenos apêndices que elucidam o sentido de algumas expressões técnicas e que são particularmente úteis para leitores que não estão familiarizados com os debates da ética analítica (e em menor medida mesmo para os que estão).

## III A crítica de Nietzsche à autoridade normativa da moralidade

A Parte I tem início com a discussão do problema do escopo da crítica de Nietzsche à moralidade e culmina no diagnóstico (feito no capítulo 6) de que a moralidade é hostil não apenas à excelência, como também ao florescimento (dois componentes do perfeccionismo nietzschiano, conforme a reconstrução de Robertson). O problema do escopo da crítica, que ocupou por um tempo um lugar importante nas discussões dedicadas à filosofia moral nietzschiana e que já havia sido objeto de um artigo anterior de Robertson<sup>6</sup>, é solucionado a partir da identificação de dois conjuntos de condições. O primeiro se relaciona com o tipo de autoridade normativa *sui generis* reivindicado pela moralidade e o segundo com os valores substantivos associados a ela. A discussão do primeiro conjunto de condições ocupa os capítulos 2 a 4. O capítulo 2 apresenta o problema do escopo e os capítulos 3 e 4 os argumentos de Nietzsche contra a autoridade normativa reivindicada pela moralidade. Os capítulos 5 e 6 são dedicados ao confronto de Nietzsche com a questão substantiva dos valores morais.

Robertson, seguindo parte da tradição analítica e kantiana, entende que Nietzsche vincula conceitualmente à moralidade a ideia de uma *exigência categórica*: normas morais pretendem ordenar incondicionalmente, ou seja, elas exigem do agente que ele se conforme a elas independentemente de tudo o mais que o possa motivar subjetivamente. Após caracterizar o problema, Robertson avalia, no capítulo 3, os argumentos nietzschianos de cunho naturalista contra as tentativas de oferecer uma defesa metafisicamente robusta da autoridade normativa da moralidade – mediante a alegação de que ela estaria fundada em propriedades morais objetivamente dadas. Mas supor tais propriedades normativas equivale a expandir nossa ontologia para além do que é comumente admitido em nossas melhores teorias científicas. Essa classe de argumentos antecipa em parte as estratégias antirrealistas contemporâneas, sobretudo aquelas desenvolvidas na tradição dos teóricos do erro inaugurada por Mackie<sup>7</sup>. Essa primeira classe de argumentos só é eficaz contra aquelas posições que defendem que a autoridade normativa da moralidade depende de fortes suposições realistas. Mas há formas deflacionadas de defesa da tese de que normas morais ordenam categoricamente, como ocorre em teorias construtivistas, por exemplo. Nietzsche reconhece a limitação de argumentos afins à teoria do erro que se limitam a questionar a existência de propriedades normativas ontologicamente robustas. Essa é a razão pela qual ele desenvolve um conjunto de argumentos suplementares que disputam conceitualmente a noção de autoridade categórica da moralidade. Esses argumentos não são uma refutação definitiva da alegação moral, mas são contestações razoáveis

---

<sup>6</sup> Robertson, S. “The Scope Problem—Nietzsche, the Moral, Ethical, and Quasi-Aesthetic”, 2012: 81–110.

<sup>7</sup> Mackie, J. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Harmondsworth: Penguin, 1977. Cf. também Joyce, R. *The Evolution of Morality*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

que têm como efeito transferir para o defensor da autoridade normativa da moralidade o ônus da prova. Robertson identifica quatro desses argumentos na segunda parte do capítulo três do seu livro (seções 3.6.1 a 3.6.4): (i) é possível oferecer uma explicação naturalista de porque as pessoas vieram a adquirir o conceito de obrigação moral incondicional ou categórica vinculando funcionalmente esse conceito a *interesses particulares* de certos grupos sociais (como de fato ocorre na *Genealogia da Moral*), o que permitiria colocar em dúvida a sua incondicionalidade; (ii) é possível contar uma história sobre a etiologia da crença na noção de obrigação moral incondicional que expõe o contexto *epistemicamente pouco confiável* que a teria produzido (entre pessoas tomadas pelo *ressentimento*), contribuindo assim para colocá-la sob suspeita; (iii) é possível adotar ainda uma estratégia similar à de Foot (em seu clássico artigo sobre a moralidade como um sistema de imperativos hipotéticos)<sup>8</sup> para mostrar que a suposta inescapabilidade das normas morais, até onde a noção faz algum sentido (não posso me livrar delas renunciando ao querer de algum fim particular), não seria uma exclusividade do sistema de normas morais, mas se estenderia a normas de etiqueta, por exemplo, ou a uma certa compreensão das leis positivas. O que se obtém com esse raciocínio não é certamente uma refutação definitiva da tese da autoridade incondicional das normas morais, mas a transferência do ônus da prova para o moralista: ele deve fornecer um argumento que sustente sua reivindicação, e não simplesmente apelar para o seu sentimento de que há uma força especial vinculada aos ordenamentos morais (*força mágica*, na famosa expressão de Foot); (iv) por fim, Nietzsche (tal como Bernard Williams o lê) dispõe ainda de um quarto argumento, que explica porque as pessoas efetivamente reconhecem uma autoridade especial às reivindicações morais: esta autoridade especial estaria fortemente vinculada a uma imagem específica da agência (introduzida pelo sacerdote no contexto da rebelião dos escravos na moral) na qual se justifica uma prática específica de reprovação moral em que o agente é isolado de seus atos e de suas circunstâncias, tendo pleno controle de seu querer. Essa imagem da agência é tipicamente cristã, embora tenha sobrevivido em certas teorias morais modernas. O capítulo 4 explora os recursos argumentativos à disposição de Nietzsche para objetar a outras tentativas (Kant, Aristóteles e Mill) de construir a noção de categoricidade como forma de esclarecer a suposta autoridade normativa da moralidade, tentativas que independem de suposições metafisicamente robustas (como é o caso de um realismo metafísico sobre valores). Robertson conclui que Nietzsche dispõe de uma variedade de argumentos contra essa reivindicação que torna a sua crítica à autoridade normativa da moralidade superior àquela que encontramos em autores

---

<sup>8</sup> Foot, P. “Morality as a System of Hypothetical Imperatives”, 1978: p. 157–74.

contemporâneos que estão comprometidos com a teoria do erro. Mas a força de suas objeções contra teorias não realistas da categoricidade das normas morais depende pelo menos em parte de certos compromissos que Nietzsche assume em sua psicologia moral (sentimentalista) e que serão explicitados por Robertson no capítulo 8.

Os capítulos 5 e 6 se concentram em questões substantivas relacionadas às objeções de Nietzsche aos valores promovidos pela moralidade. O capítulo 5 examina algumas objeções a valores específicos, como compaixão, igualdade, sofrimento e culpa. Embora se reconheça que Nietzsche tem inúmeros insights psicológicos interessantes a respeito desses valores, de um ponto de vista moral essas críticas são pouco convincentes. O capítulo 6 argumenta, contudo, que essas críticas são bastante mais eficazes quando lidas à luz da tese nietzschiana de que a internalização dos valores morais impede a busca e a realização dos tipos de excelência que o filósofo considera sumamente valiosas. Claro que esse ganho de contundência é obtido mediante o deslocamento da crítica para uma perspectiva que é normativamente externa à da própria moralidade. As críticas de cunho psicológico podem ser menos sólidas do ponto de vista estritamente lógico, mas elas têm maior contundência retórica, pois são construídas de forma a expor inconsistências práticas de um auditório que se identifica com os valores morais aos quais não estariam à altura. Penso que faltou aqui uma maior atenção ao modo como Nietzsche transita entre as perspectivas interna e externa da crítica, mobilizando ora argumentos logicamente sólidos, ora argumentos mais atentos à eficácia retórica e terapêutica, que tomam como referência os valores e compromissos afetivos do auditório, que devemos supor um auditório majoritariamente enredado pela moralidade.

Uma contribuição importante de Robertson nesse capítulo consiste em mostrar que as objeções de Nietzsche à moralidade que mobilizam a perspectiva normativa da promoção de valores perfeccionistas valem mesmo para teorias morais que estão dispostas a reconhecer a legitimidade ética de razões práticas relativas ao agente e a possibilidade de que elas possam, todas as coisas consideradas, derrotar razões práticas estritamente imparciais (neutras em relação ao agente e aos seus motivos). Não se pode salvar a moralidade das objeções de Nietzsche através de uma manobra definicional por meio da qual se enfraquecem suas demandas sobre o agente, de modo a acomodá-las em uma concepção mais ampla da vida ética. Além disso, Robertson argumenta nesse capítulo que as mesmas razões que fundamentam o receio de Nietzsche de que as demandas da moralidade frustrem o cultivo das mais elevadas excelências justificam também a preocupação de que essas demandas coloquem em risco o nosso florescimento. Como o florescimento é um componente do ideal perfeccionista de

Nietzsche menos polêmico do que o valor da excelência (acessível apenas a alguns indivíduos excepcionais), o argumento de Robertson, caso seja sólido, mostra que as objeções nietzschianas à moralidade são relevantes para um auditório bem mais amplo do que aquele formado pela elite dos grandes homens. O interesse pelo florescimento é um interesse incomparavelmente mais difundido do que aquele que coincidiria com a ambição, sem dúvida alguma imensamente mais rara, que alguém pode eventualmente ter de se tornar um novo Goethe, ou alguém que disputa com ele em estatura. A reivindicação feita por alguns autores de que a tese perfeccionista (segundo a qual todos nós valorizamos o cultivo das nossas capacidades e interesses de ordem superior e, portanto, que poder cultivar essas capacidades e interesses é parte constitutiva do que torna uma vida humana uma vida humanamente boa) teria um apelo intuitivo (afinal de contas, não poderíamos estar todos equivocados) é uma reivindicação que soa bem mais defensável se esse cultivo é identificado com os valores do florescimento em contraste com os valores da excelência (voltaremos a tratar dessa distinção mais a frente, na seção V).

#### **IV Psicologia moral e filosófica: contra a hipótese totalizante do poder e a favor de uma psicologia sentimentalista**

Os capítulos que compõem a Parte II do livro (7 e 8) são dedicados à reconstrução das teses nietzschianas de filosofia da psicologia e de psicologia moral. Robertson contesta a centralidade (seja de conteúdo, seja estrutural) geralmente conferida à noção de poder na descrição das teses psicológico-filosóficas de Nietzsche (hipótese *totalizante* do poder) e defende uma abordagem sentimentalista, segundo a qual nossos juízos normativos sofrem a influência inevitável de nossos motivos (impuros e subjetivos). A tese sentimentalista (capítulo 8) se opõe à racionalista, mas não está necessariamente comprometida com alguma forma de não cognitivismo (Robertson atribui a Nietzsche uma versão cognitivista de sentimentalismo, cf. seções 3.2. e 12.2, o que me parece um mérito adicional de sua leitura). Trata-se, sobretudo, de uma tese empírica, e Robertson está ciente de que não há argumentos definitivos contra a posição racionalista. Ainda assim, as evidências empíricas a favor da tese sentimentalista são suficientemente robustas para permitir que o ônus da prova seja transferido para os racionalistas (cf. seção 8.7), além de favorecerem a versão sentimentalista atribuída a Nietzsche em comparação com o tipo de emocionalismo defendido por Jesse Prinz e que está comprometido



com a tese mais forte de que emoções são *constitutivas* dos juízos morais (cf. seção 8.5)<sup>9</sup>. A tese sentimentalista é mais adequada tanto para dar suporte à crítica de Nietzsche à categoricidade das normas morais (reconstruída nos capítulos anteriores) quanto para alimentar a sua concepção alternativa de valores e de uma normatividade não moral (que será desenvolvida no capítulo 11).

Ainda que se conceda a Robertson que a noção de poder enquanto princípio explicativo da nossa psicologia (sem entrar no mérito de sua extensão à biologia e à cosmologia) padece de deficiências consideráveis (insuficiência empírica, infalsificabilidade, impotência explanatória), como de resto tem sido reconhecido por parte da literatura, e que os resultados obtidos pelo deslocamento conceitual proposto por ele (em direção a uma psicologia sentimentalista) tornam as teses psicológicas de Nietzsche mais atraentes de um ponto de vista sistemático, é inevitável que parte de seus intérpretes torçam o nariz para o que soa como uma manobra *ad hoc* e sem muito amparo textual. Há inúmeras formulações de Nietzsche que sugerem fortemente que ele construiu a sua hipótese emulando a hipótese do hedonismo psicológico (uma hipótese concorrente, mas igualmente *totalizante* sobre nossa psicologia). Não seria surpreendente que ele tivesse herdado seus vícios estruturais, embora a intenção dele fosse sanar essas insuficiências. Mas devemos, de todo modo, nos perguntar se ao aceitarmos as escolhas metodológicas de Robertson a objeção de que ele cede à tentação de reconstruir as posições de Nietzsche na sua versão mais atraente em detrimento do que é textualmente mais sustentável conserva ainda alguma força. A resposta dependerá, no final das contas, das expectativas que o leitor tem em relação ao grau de convergência entre plausibilidade exegética (note-se que não se trata de exatidão!) e atratividade teórica. Uma convergência absoluta não parece ser uma expectativa razoável em relação a qualquer leitura, pela razão óbvia de que a versão teoricamente mais atraente de um autor canônico não é necessariamente a sua versão historicamente mais acurada. No caso de Robertson, essa convergência é descartada de saída e nos casos em que há conflito explícito (e não apenas um caso de mera *subdeterminação* por parte das evidências textuais), somos orientados a priorizar a atratividade teórica em detrimento da precisão exegética. Robertson sugere que no presente caso a posição de Nietzsche é textualmente subdeterminada<sup>10</sup>, o que equivale a dizer que é possível disputar a tese hegemônica e sustentar sua leitura alternativa, reivindicando algum suporte textual para a tese que dispõe das melhores credenciais filosóficas, mas ele ao mesmo tempo deixa claro que isso

---

<sup>9</sup> Cf. Prinz, J. *The Emotional Construction of Morals*. Oxford: Oxford University Press. 2007.

<sup>10</sup> “On the purely interpretative matter of whether Nietzsche accepts some (suitably refined) version of WP, the jury seems out.” (Robertson, 2020: p. 162).

em última instância não é o mais fundamental (essa sugestão encontra-se na longa nota 8 do seu cap. 7, p. 162). Quando se combina o princípio de caridade hermenêutica e o imperativo da avaliação crítica das teses chega-se naturalmente a essa recomendação. Se o leitor não perde de vista esse horizonte metodológico, não vejo por que deveríamos nos preocupar, exceto se o resultado não amplia o repertório teórico disponível no presente: penso que essa é a condição para autorizar exercícios de anacronismo. Se não há ampliação de repertório, a reconstrução de um autor canônico é um exercício estéril, que não traz qualquer ganho cognitivo. Seria mais produtivo e mais honesto discutir diretamente com nossos contemporâneos ao invés de nos entregarmos ao fútil exercício de encontrar antepassados ilustres para teses com ampla circulação nas revistas especializadas da atualidade, ou ao exercício igualmente fútil de salvar a reputação de autores cuja estatura dispensa nossa caridade hermenêutica. Isso seria um exercício de extemporaneidade às avessas, pois equivaleria a impor ao passado os ídolos teóricos do presente. Não penso que Robertson se entregue a tais exercícios.

## **V O ideal perfeccionista de Nietzsche: uma leitura individualista, quase-estética e antiteorética**

De todo modo, a discussão desses dois capítulos prepara a transição para a Parte III (composta pelos capítulos 9 a 12), que trata do ideal perfeccionista defendido por Nietzsche. A psicologia sentimentalista atribuída ao filósofo alemão funciona como uma ponte que permite transitar da parte negativa à parte positiva de seu pensamento ético, pois fornece subsídios para a sua crítica à reivindicação de uma autoridade normativa categórica por parte dos moralistas (exposta na Parte I do livro) e prepara o terreno para a sua concepção alternativa, não moral, dos valores e da normatividade prática (que se despede definitivamente de qualquer ilusão sobre uma pureza da razão prática), uma concepção capaz de suportar seus compromissos perfeccionistas (que é objeto da Parte III). Os capítulos 9 a 11 dividem entre si a tarefa de propor uma articulação desses compromissos, ou seja, uma tarefa predominantemente exegética ou interpretativa, combinada à tarefa mais sistemática e estritamente filosófica de avaliar criticamente os aspectos do perfeccionismo de Nietzsche que são teoricamente atraentes e aqueles que são mais problemáticos (e eventualmente dispensáveis).

O capítulo 9, o mais extenso do livro (p. 207-268), apresenta os contornos gerais do perfeccionismo de Nietzsche. As primeiras 20 páginas do capítulo são dedicadas a discutir e contestar a atribuição de uma tese monista sobre valores a Nietzsche (através de uma meticulosa

e instrutiva análise da principal evidência textual mobilizada pelos comentadores, a seção 2 do *Anticristo*) e a defender a atribuição a ele de um pluralismo de valores. A longa seção seguinte (9.2) contesta a vinculação de programas sócio-político e eticamente robustos ao ideal perfeccionista de Nietzsche (um dos pontos mais polêmicos entre os intérpretes que se ocupam do tema) e prepara o terreno para a tese individualista, quase-estética e antiteórica que será defendida nas duas seções seguintes (9.3 e 9.4). A seção 9.5 revisita o problema do escopo, a seção 9.6 discute as implicações imoralistas de seu perfeccionismo, avalia o quanto isso fragiliza sua posição e em que medida o próprio texto de Nietzsche fornece meios para moderar seus aspectos menos palatáveis e mais radicais. Por fim, a seção 9.7 oferece as primeiras razões de porque o florescimento e a excelência podem ser considerados bens tão valiosos e começa a pavimentar o caminho argumentativo que culminará na defesa do caráter atraente do perfeccionismo de Nietzsche. Essa defesa está reservada para os capítulos seguintes. No capítulo 10 o foco será nos valores perfeccionistas do florescimento e da excelência. O capítulo 11 se dedica a desenvolver uma concepção de normatividade alternativa à da normatividade moral criticada por Nietzsche e consistente com seus compromissos perfeccionistas. O capítulo 12 conclui a parte propriamente argumentativa do livro com considerações de natureza metaética.

Robertson enumera três tipos de dificuldades relacionadas à tese monista sobre valores na sua versão mais forte, o monismo que recorre à moeda comum do *poder* (em oposição às versões que a identificam com o *sentimento de poder* ou com a *vontade de poder*): problemas relacionados à extensão (como incluir tudo que Nietzsche efetivamente considera valioso e como excluir o que ele efetivamente considera destituído de valor ou com valor negativo?), problemas relacionados à agregação de valor e problemas relacionados à insuficiência explanatória. Essas dificuldades atingem tanto a compreensão do valor como aquilo que *realiza* o poder quanto a compreensão do valor como aquilo que *intensifica* o poder. Tentativas de oferecer critérios meramente formais para o monismo do poder, como ocorre em Hurka<sup>11</sup>, também têm que se confrontar com dificuldades semelhantes. Embora não sejam objeções definitivas, elas são suficientemente robustas para derrotar aquilo que a motiva, ou seja, a busca por unidade teórica (cf. p. 228). Dadas as escolhas metodológicas e os interesses sistemáticos da pesquisa, o autor se sente confortável para recomendar que não se atribua uma tal posição a Nietzsche, ainda que ele a endosse textualmente (o que permanece incerto, segundo o autor).

---

<sup>11</sup> Cf. Hurka, T. Nietzsche perfeccionista (artigo que integra o presente dossiê, publicado originalmente em Hurka, 2007).

De resto, Robertson entende que Nietzsche pode manter seus principais compromissos substantivos sem o auxílio desse expediente teórico, como ele tenta mostrar no capítulo 10.

Apresentado o caso a favor do pluralismo de valores, Robertson se dedica nas seções seguintes à caracterização do perfeccionismo de Nietzsche em suas linhas gerais, como uma posição individualista, quase-estética e antiteórica, e o faz confrontando uma série de leituras alternativas e concorrentes, a começar por aquela que atribui a ele fortes pretensões políticas. O debate acerca das implicações políticas e éticas do perfeccionismo de Nietzsche tem ocupado lugar de destaque e dividido a literatura secundária desde pelo menos a publicação de *Uma Teoria da Justiça*, de John Rawls<sup>12</sup>. Robertson organiza o debate a partir de quatro posições distintas, conforme o modo como aceitam, recusam ou combinam as seguintes teses:

(i) o perfeccionismo de Nietzsche envolve um programa *sociopolítico* destinado a *afetar* a vida das pessoas de forma geral (com implicações institucionais que envolvem o uso do poder coercitivo do estado) e ou

(ii) o perfeccionismo de Nietzsche visa realizar o que é *bom* para as pessoas de forma geral, incluindo aquelas pessoas que não são elas mesmas capazes de realizar as mais elevadas excelências (com implicações éticas, compreendidas em termos de um sistema informal e internalizado de expectativas, disposições e sanções que governam nossas relações interpessoais).

Pelo modo como aceitam, recusam ou combinam essas duas teses, teríamos (1) uma leitura *aristocrática*, que acata (i) e recusa (ii), sendo fortemente anti-igualitária e hierárquica, representada paradigmaticamente por Hurka (2007); (2) uma leitura *não elitista*, que interpreta o enquadramento institucional em termos comunitários e igualitários pela combinação de (i) e (ii), representado por Conant (2001)<sup>13</sup>, Owen (2002)<sup>14</sup> e Siemens (2002)<sup>15</sup>; (3) uma leitura *ética*, que associa o seu perfeccionismo a uma perspectiva ética destinada a governar as relações

<sup>12</sup> Cf. o §50 de *Uma Teoria da Justiça*, que oferece uma caracterização do perfeccionismo de Nietzsche como uma forma de teoria teleológica e consequencialista com fortes implicações institucionais: “Existem duas variações: na primeira, é o princípio único de uma teoria teleológica que leva a sociedade a organizar as instituições e definir os deveres e as obrigações dos indivíduos de modo a maximizar a perfeição das realizações humanas na arte, na ciência e na cultura. Obviamente, o princípio é tanto mais exigente quanto mais elevado for o ideal pertinente. O peso absoluto que Nietzsche algumas vezes confere à vida dos grandes homens, tais como Sócrates e Goethe, é incomum. Em certas passagens ele diz que a humanidade deve se esforçar continuamente para produzir grandes homens. Valorizamos nossa vida ao trabalhar pelo bem dos espécimes mais elevados” (Rawls, 2008: p. 404/originalmente 1971). Rawls remete na nota de número 50 à famosa passagem da seção 6 da terceira *Extemporânea*, na tradução de Hollingdale.

<sup>13</sup> Conant, J. “Nietzsche’s Perfectionism: A Reading of *Schopenhauer as Educator*”, 2001: p. 181–257.

<sup>14</sup> Owen, D. “Equality, Democracy, and Self-Respect: Reflections on Nietzsche’s Agonal Perfectionism” 2002: p. 113–31.

<sup>15</sup> Siemens, H. “Agonal Communities of Taste: Law and Community in Nietzsche’s Philosophy of Transvaluation”, 2002: p. 83–112. Ver também a contribuição de Siemens para o presente dossiê.

interpessoais, paradigmaticamente representada por Clark (2001)<sup>16</sup> e que pode combinar diferentemente (i) e (ii), e, por fim, (4) uma leitura *individualista* que dissocia o perfeccionismo de Nietzsche tanto de (i) quanto de (ii), ou seja, que deflaciona as suas implicações normativas tanto no âmbito político quanto ético e nega que ele tenha como objetivo *afetar ou beneficiar as pessoas de forma geral* (cf. p. 230).

Robertson oferece uma defesa desta última posição (4), embora considere que ela seja compatível com certos aspectos da leitura não elitista (2). O caráter individualista do perfeccionismo de Nietzsche teria se acentuado ao longo da obra, em especial após a desilusão com o projeto wagneriano de reforma da cultura com o qual ele se envolveu em sua juventude. Essa tese genética não parece totalmente correta, exceto na qualidade de um interregno entre as obras de juventude e as do período de maturidade, nas quais assistimos a uma retomada de seu ímpeto militante<sup>17</sup>. Embora minuciosa, a confrontação com a leitura aristocrática (na versão de Hurka) e com as evidências textuais que lhe dão suporte não são inteiramente convincentes. Mas ela basta para *pelo menos* problematizar as implicações fortemente institucionais associadas a essa leitura que dependem de uma disputa exegética em relação à seção 6 de *Schopenhauer como Educador*. No contexto da terceira *Extemporânea*, o apelo para que cada um se engaje na promoção de indivíduos de excelência depende antes de um vínculo amoroso que pode ou não se estabelecer entre o indivíduo e aquele que funciona como um exemplar, portanto, uma relação essencialmente educativa (nos moldes emersonianos) que não prevê qualquer papel ativo para instituições estatais, que comparecem antes na qualidade de obstáculos<sup>18</sup>. Essa percepção é continuamente reiterada em *Schopenhauer como Educador*. Nessa medida, podemos conceder que leituras que seguem o modelo de Rawls e Hurka dependem fortemente de uma interpretação da chamada passagem focal da seção 6 da Terceira *Extemporânea* que extrai consequências institucionais de formulações que, quando lidas à luz do contexto maior do livro, parecem pressupor antes um ceticismo generalizado em relação ao papel das instituições, em especial do Estado. De todo modo, parece implausível supor que o

<sup>16</sup> Clark, M. "On the Rejection of Morality: Bernard Williams's Debt to Nietzsche", 2001: p. 100–22.

<sup>17</sup> Para uma tese genética alternativa e mais nuançada, cf. Ottmann, H. *Philosophie und Politik bei Nietzsche*. Berlin: de Gruyter, 1999.

<sup>18</sup> Sob esse aspecto, a leitura de Robertson se alinha à posição que poderíamos chamar de hegemônica entre os intérpretes. No presente dossiê esta linha interpretativa (podemos chamar de tese Cavell/Conant) está representada pelas contribuições de Benedetta Zavatta (2021) e de Herman Siemens (neste volume). A formulação mais acabada da tese contrária é justamente a de Hurka (conferir sua contribuição para o presente dossiê), que desenvolve de forma teoricamente acabada as sugestões de Rawls. Expressei meu ceticismo em relação à percepção de que as evidências textuais corroboram inequivocamente a leitura hegemônica em Lopes, 2013. Nesse artigo, sugiro que a posição de Nietzsche é em última instância inconsistente porque procura satisfazer motivações conflitantes que subjazem à sua crítica à moralidade. Para sanar as inconsistências, sugiro que deveríamos identificar quais compromissos são mais essenciais ao seu projeto filosófico como um todo e sacrificar os demais.

ideal perfeccionista do jovem Nietzsche pudesse florescer em um vácuo institucional. Se não há indícios suficientes na Terceira *Extemporânea* para sustentar a tese de que o jovem Nietzsche mira nostalgicamente instituições que não sejam hostis ao cultivo da excelência, penso, entretanto, que tanto Robertson quanto a interpretação hegemônica soam bem menos convincentes em relação às evidências textuais extraídas de outras ocorrências da obra nietzschiana, por exemplo, do pequeno ensaio sobre o Estado Grego, redigido um pouco antes da redação de *Schopenhauer como Educador*, mas também, e em especial, dos aforismos 257 e 258 de *Para Além de Bem e Mal*. E isso vai na contramão da tese genética que Robertson pretende defender<sup>19</sup>. Embora se possa concordar que o que interessa primariamente a Nietzsche nessas passagens seja a investigação das condições que tornam possível a emergência de indivíduos altamente complexos que exibem uma pluralidade de impulsos conflitantes, mas devidamente hierarquizados, não se pode ignorar que a existência de sociedades fortemente hierarquizadas é dogmaticamente afirmada por ele como parte dessas condições. É verdade que Nietzsche não sugere qualquer implicação estritamente normativa entre sociedades politicamente hierarquizadas e o tipo de perfeccionismo que ele recomenda, mas ele afirma a existência de um *nexo causal* entre essas sociedades e as formas de vida que exibem os traços de excelência que ele valoriza maximamente. Robertson não escamoteia o que está na superfície do texto de Nietzsche, mas alega que isso não equivale a uma prescrição (cf. seção 9.2.4). De fato, não se trata de uma prescrição, pois isso não combina com a sensibilidade realista que orienta as considerações políticas de Nietzsche, mas de uma constatação desolada de que as instituições modernas são visceralmente hostis ao tipo de perfeccionismo que ele recomenda, quando não de uma denúncia algo apocalíptica do tipo de ameaça que elas representam para o futuro da humanidade. Que Nietzsche não estivesse autorizado a estabelecer de forma tão dogmática esse tipo de *nexo causal* é uma outra história. Quanto a isso podemos estar de acordo

---

<sup>19</sup> A sua tese genética parece equivocada justamente na medida em que é pouco atenta às rupturas que marcam a passagem das obras do período intermediário, ou do espírito livre, para as obras da chamada fase de maturidade, em que Nietzsche soa muito mais ambicioso do ponto de vista normativo. A expressão mais cabal dessa nova ambição normativa se traduz na figura provocativa do filósofo como legislador da cultura, que é em boa medida uma forma de reeditar o platonismo político presente nas considerações sobre o estado grego no pequeno ensaio do início dos anos 1870 dedicado a Cosima Wagner. Para uma caracterização do perfeccionismo do período intermediário em termos de uma ética radicalmente individual, conferir a contribuição de Rocha-Santos (2022) para o presente dossiê. Podemos afirmar que o modo como Robertson reconstrói o perfeccionismo de Nietzsche se acomoda melhor aos compromissos normativos minimalistas que encontramos nessa fase intermediária de sua filosofia, na qual se evita sobretudo certas ênfases e arroubos políticos. Este modelo coincide em alguns pontos com o programa de uma estética da existência, na linha defendida por Foucault e Nehamas. Mas suspeito que uma inspiração mais direta para o modelo de Robertson seja Philippa Foot. Mas diferentemente de Foot, Robertson parece menos escandalizado com as implicações imoralistas do (quase) esteticismo nietzschiano, justamente por acreditar que os próprios textos do filósofo nos proveem de recursos para minimizar seus aspectos mais problemáticos (a autorização para o tratamento instrumentalizado do outro e o exercício da crueldade, conforme veremos ainda nesta seção).

com Robertson. Mas que Nietzsche tenha dado esse passo (ao pressupor pelo menos uma correlação causal entre sociedades altamente hierarquizadas e o *pathos da distância* característico dos indivíduos excepcionais) parece favorecer a tese de Hurka segundo a qual princípios anti-igualitários de agregação social cumprem papel decisivo em seu perfeccionismo<sup>20</sup>. É certo que Rawls e Hurka estão equivocados se eles supõem que Nietzsche recomenda uma sociedade rigidamente hierarquizada na qual princípios de justiça distributivos autorizariam a distribuição desigual de recursos e oportunidades com base no mérito dos indivíduos. Nietzsche é de fato indiferente a essas questões. Parcelas maiores de recursos e oportunidades não são o tipo de bem que favorece o cultivo da excelência no sentido altamente espiritualizado que o filósofo tem em mente. Os bens de excelência não estão sujeitos a regras distributivas fixadas pelas instituições do estado com seu aparato coercitivo. Mas Nietzsche defende textualmente que a existência de sociedades que distribuem direitos de forma desigual é algo *instrumentalmente desejável* na medida em que contribuem para a criação de uma ambiência cultural que tensiona os indivíduos, permitindo o cultivo do que realmente interessa ao seu ideal perfeccionista: o *pathos interno da distância*, o aguçado sentido de reverência por si mesmo (cf. os referidos aforismos 257 e 258 de *Para Além de Bem e Mal*). O que esta distribuição desigual de direitos envolve é algo sobre o qual Nietzsche não é explícito, mas certamente ela autoriza que parcelas de uma população sejam instrumentalizadas se isso promove bens de excelência. O anti-igualitarismo de Nietzsche deriva diretamente de seu compromisso com o perfeccionismo.

Robertson recusa igualmente a interpretação do perfeccionismo de Nietzsche que o associa a uma perspectiva ética compreendida no sentido de Williams e Clark (2001): como um esquema que permite regular as relações interpessoais por meio de sanções informais e de disposições internalizadas. Segundo Robertson, o perfeccionismo de Nietzsche não satisfaz as três condições que permitiriam essa caracterização:

(i) ele não exhibe o nível de uniformidade necessário para regular as interações interpessoais, com um conjunto de normas básicas e mecanismos regulatórios se impondo igualmente a todos; as reivindicações normativas positivas de Nietzsche se limitam aos indivíduos capazes de florescer e realizar os níveis de excelência que ele valoriza maximamente, sendo neutras ou indiferentes em relação a todos os outros seres humanos; (ii) ele tampouco especifica como as relações interpessoais deveriam ser reguladas (quais seriam as normas, sanções, virtudes, ou princípios eticamente relevantes);

---

<sup>20</sup> Conferir o artigo de Hurka neste mesmo dossiê.

(iii) por fim, mas de forma não menos importante, o seu perfeccionismo não apresenta qualquer princípio que permita descartar como inaceitáveis condutas prejudiciais ou hostis a relações interpessoais eticamente reguladas. Em alguns casos, ele diz explicitamente que os indivíduos excepcionais fixam os seus próprios parâmetros de justiça e não estão submetidos a restrições éticas em suas interações com os não iguais (cf. seção 9.2.7, p. 240-243).

Descartadas essas interpretações, parte significativa do percurso argumentativo que conduz à leitura individualista, quase-estética e antiteorética defendida por Robertson está devidamente pavimentada. Segue-se a caracterização positiva do perfeccionismo individualista de Nietzsche, que é feita com o auxílio de seis teses, cuja formulação e primeira elucidação encontram-se na seção 9.3.1. (cf. p. 243-252). Vale a pena enumerar brevemente as seis teses identificadas por Robertson, pois elas definem o perfil do perfeccionismo que ele atribui a Nietzsche:

(1) alcançar o valor final mais elevado envolve de forma *constitutiva* a realização das mais elevadas excelências;

(2) a agenda primária que informa o seu perfeccionismo defende que os indivíduos capazes de realizar as formas supremas de excelência – os tipos superiores, reais ou potenciais – *devem* fazê-lo;

(3) os tipos superiores estabelecem seus próprios fins; eles visam, e *devem* visar exclusivamente projetos que incorporam a excelência;

(4) os valores supremos repousam nos tipos superiores e/ou em suas realizações excelentes, independentemente deles ou de suas realizações beneficiarem diretamente outras pessoas;

(5) em geral, Nietzsche é indiferente em relação ao que os não excelentes fazem, exceto na medida em que eles são um obstáculo à excelência;

(6) aqueles que não são excelentes têm em geral poucas razões para se distraírem de suas vidas cotidianas e darem suporte aos indivíduos superiores em sua busca por realizar bens de excelência (cf. p. 243-244).

As teses mais controversas são, obviamente, as de número (4), (5) e (6), mas especialmente as de número (5) e (6). Assumi-las como parte dos compromissos do perfeccionismo de Nietzsche equivale a torná-lo incompatível com as leituras que o associam a um programa político e/ou ético mais robusto. Robertson já havia apresentado ao seu leitor argumentos independentes contra essa associação, como vimos nos parágrafos anteriores. As teses apresentadas agora ajudam a delinear os contornos de sua interpretação preferida do



perfeccionismo nietzschiano, que é individualista e quase-estética. Penso que parte do que motiva Robertson a adotar essa leitura normativamente deflacionada do perfeccionismo nietzschiano são preocupações relacionadas à consistência entre a parte crítica do programa e sua contrapartida positiva. Inflacionar as pretensões normativas do perfeccionismo de Nietzsche, associando-o a programas política e eticamente robustos, o colocaria na perigosa proximidade do modelo de normatividade moral que ele tão arduamente se empenha em criticar (pelo menos do ponto de vista formal, com as suas características de incondicionalidade, universalidade e objetividade forte). Ao incorporar as teses (5) e (6) ao perfeccionismo de Nietzsche, Robertson diminui consideravelmente esse risco. Resta saber se o que resulta (i) é fiel aos textos de Nietzsche (como sempre, as evidências textuais não são conclusivas a favor de uma interpretação ou outra, embora a retórica de Nietzsche por vezes sugira compromissos bem mais robustos) e (ii) não torna a sua posição normativamente anódina. Robertson está seguro de que este receio é infundado, e ele tentará mostrar isso ao longo de seu capítulo 11. O que temos é uma versão robusta do ideal perfeccionista que, quando devidamente moderado, pode nos oferecer uma concepção bastante atraente da vida boa.

Robertson argumenta que os próprios textos de Nietzsche nos fornecem os recursos argumentativos para minimizar as implicações imoralistas de seu perfeccionismo, um tema que tem preocupado os leitores de Nietzsche desde sempre (cf. seção 9.6, p. 259). A instrumentalização dos outros e o exercício da crueldade são dois casos exemplares: é possível mostrar que, mesmo que Nietzsche não reconheça a existência de restrições deontológicas ou outros mecanismos regulatórios que impeçam o indivíduo excepcional de adotar condutas instrumentalizadoras e cruéis, ele sinaliza claramente que tais condutas exibem um grau inferior de excelência e maestria por parte desses indivíduos. É um fato incontornável, contudo, que Nietzsche está disposto a sacrificar parte substantiva de nossas intuições morais (cristãs, modernas) em defesa de seus compromissos perfeccionistas (em caso de conflito). Ocultar esse fato não é uma manobra que faça justiça ao caráter destemido de sua filosofia, e tampouco essa parece ser a intenção de Robertson em sua discussão sobre as reivindicações imoralistas do filósofo: sua intenção não é domesticá-lo. Em alguns casos a excelência e a imoralidade parecem caminhar juntas, e Nietzsche não recua diante dessa possibilidade, não apela a suposições otimistas para descartar eventuais conflitos, nem recomenda que sacrifiquemos a primeira para evitar a segunda. Ele tende antes a recomendar o contrário: que o cultivo da excelência não seja estrangido por considerações morais. Um dos méritos do artigo de Hurka reproduzido neste dossiê consiste justamente em mostrar porque isso decorre de seus

compromissos teóricos. Robertson entende que não precisamos acompanhar Nietzsche em suas formulações mais extremas. Podemos avançar com ele somente até um certo ponto e ainda assim preservar muitos dos traços atraentes de seu perfeccionismo. Creio que Hurka não teria razões para discordar desta avaliação, embora o modo como ele reconstrói a posição de Nietzsche exija ajustes teóricos mais drásticos para acomodar o seu perfeccionismo a parte de nossas intuições morais.

Robertson adota essa mesma política de acomodação no capítulo 10, ao especificar os compromissos substantivos de Nietzsche em relação aos bens perfeccionistas da excelência e do florescimento. Juntos, eles perfazem a visão nietzschiana do que constitui uma vida boa. Robertson entende que Nietzsche trata o domínio valorativo como um domínio conceitualmente independente do domínio normativo, embora a ele conectado. O modo como Nietzsche concebe a esfera da normatividade é o objeto do capítulo 11. Robertson reconhece que qualquer discussão acerca dessas duas esferas no pensamento de Nietzsche, mas sobretudo acerca do modo como ele pensa a sua interação exige algum nível de reconstrução, que mobiliza tanto recursos exegéticos quanto considerações filosóficas independentes (cf. p. 269). Em relação ao domínio valorativo, Robertson confere destaque a duas classes distintas, mas conectadas de bens de excelência: o bem relacionado ao florescimento dos indivíduos e o bem relacionado às grandes realizações. Ambos estão instanciados nos indivíduos superiores, que são capazes de florescer e que são capazes de realizar grandes obras (no campo da ciência, das artes, da política e da cultura em geral). O bem do florescimento é uma excelência interna, que depende do quão bem configurado internamente uma pessoa está e de como ela se sai em relação ao seu ambiente externo. As excelências externas são realizações que incorporam a grandeza e excelência em obras e feitos que realizam os bens perfeccionistas independentemente do florescimento dos indivíduos que as realizam. O florescimento é bom para a pessoa que floresce. O seu valor, portanto, é de natureza *prudencial*, *relacional* e *final*. Ele exige do agente tanto eficácia psicológica quanto uma capacidade agencial efetiva, e envolve coisas como autocompreensão, integração psicológica, autonomia, o engajamento em atividades nas quais os agentes se expressam de forma criativa, a realização de objetivos considerados significativos e satisfatórios. As excelências externas, presente nas grandes realizações, embora sejam em geral boas para as pessoas que as alcançam, são maximamente valiosas de forma *não prudencial* e *não relacional*. As duas classes de bens perfeccionistas convergem no caso dos indivíduos excepcionais justamente porque neles as condições ótimas para o florescimento coincidem com a realização de obras que se destacam por sua excelência externa. Assim, podemos dizer

que tais indivíduos têm *boas razões* para fazer o que fazem e ser o que são porque essa é a condição optimal para o seu florescimento. O modelo de normatividade subjacente permite integrar fatos acerca dos motivos subjetivos dos agentes e uma forma (modesta) de objetividade valorativa. A fonte da normatividade repousa em nós e naquilo que nos importa, mas ao mesmo tempo é possível dizer que só temos uma razão para agir de um determinado modo se isso é *bom* sob algum aspecto (cf. p. 271). Em um nível axiológico, o modelo resultante compartilha certas afinidades com uma teoria da lista objetiva, mas que é particularmente sensível à necessidade de um alinhamento apropriado entre a realização de certos bens substantivos e os nossos motivos. Os bens gerais listados podem ser realizados de diversas maneiras; qual destes modos de realização contribuirá efetivamente para que uma pessoa em particular viva uma vida boa é algo que depende das condições subjetivas relacionadas a essa pessoa – incluindo, crucialmente, seus motivos, mas também sua configuração psicológica em geral, suas habilidades e o contexto social no qual ela vive. Dadas essas variáveis, algo que é bom para uma pessoa pode não ser bom para outra. Portanto, o caráter “objetivo” dos bens gerais listados é moderado pelas condições subjetivas e contextuais que moldam e restringem o modo como os bens são adequadamente realizados por diferentes indivíduos. Assim, seus elementos objetivos evitam que a descrição sucumba a um subjetivismo grosseiro; do mesmo modo, suas condições subjetivas garantem que o modelo seja adequadamente sensível aos indivíduos para os quais é afirmado que esses bens objetivos são bons (cf. p. 305-306).

## VI Uma teoria modesta da normatividade

Diferentemente de outros comentadores de Nietzsche, Robertson defende no capítulo 11 de seu livro que o filósofo tem coisas interessantes e consistentes a dizer sobre a esfera da normatividade. O modelo que ele atribui a Nietzsche combina duas ideias: (i) uma tese *internalista*, segundo a qual todas as razões para agir *dependem dos motivos* do agente e são, portanto, não categóricas (sem essa condição, Nietzsche estaria incorrendo nos mesmos erros que ele critica na concepção da normatividade moral) e (ii) uma concepção, associada a diversas teorias *externalistas*, segundo a qual razões são *dependentes de valores*. Robertson argumenta que esse modelo misto captura vários aspectos atraentes em cada um dos modelos (internalista e externalista), sem estar exposto às limitações que afetam a ambos quando adotados isoladamente. A intenção do capítulo é dupla: oferecer uma interpretação inovadora de Nietzsche, contrariando a tese relativamente difundida segundo a qual ele seria avesso a

reivindicações normativas, e propor um modelo de normatividade que seja de interesse mais amplo.

Penso que Robertson tem muitos bons argumentos contra aqueles que receiam atribuir a Nietzsche quaisquer compromissos normativos, a começar pelo fato óbvio de que Nietzsche faz esse tipo de reivindicação com alguma frequência, e o faz mobilizando o mesmo vocabulário deôntico de deveres, obrigações e imperativos que é fonte contínua de inquietação por parte dos críticos da moralidade. Claro que ele poderia fazer essas reivindicações sem estar teoricamente autorizado, mas essa é uma suposição extrema, que deve ser evitada se há um caminho alternativo que permita tornar sua prática consistente. De resto, mesmo que tenhamos os dois pés atrás em relação a esse vocabulário de deveres, que teria sido cooptado pela interpretação moral da nossa vida ética, é preciso reconhecer com Nietzsche que uma compreensão não moral do vocabulário deôntico não é uma mera possibilidade lógica, mas antes uma realidade historicamente identificável (qualquer leitor da segunda Dissertação da *Genealogia da Moral* deveria estar ciente disso, pois parte do que se pretende mostrar ali é justamente que nosso vocabulário deôntico teria sido tardiamente capturado pela interpretação moral da nossa vida ética). Por fim, mesmo aqueles que consideram que o vocabulário deôntico está irremediavelmente corrompido pela moralidade (e resistem fortemente a ele) devem reconhecer que existem outros recursos conceituais para se construir reivindicações normativas, por exemplo, apoiando-se em noções exclusivamente valorativas. Que essas noções, associadas ao ideal perfeccionista de Nietzsche, forneçam *boas razões* para os agentes se engajarem nas atividades e para cultivarem as disposições de caráter que promovem os bens de excelência maximamente apreciados por ele parece uma conclusão incontornável. Essas razões não precisam ser *boas razões* para todo e qualquer agente, nem precisam gerar deveres ou obrigações no sentido categórico das normas morais. Mas elas ainda assim terão uma autoridade normativa sobre agentes que já estão comprometidos com o ideal perfeccionista de Nietzsche, ou que podem vir a se comprometer com esse ideal. As condições para que isso ocorra dependerão, claro, do modo como os agentes em questão estão configurados psicologicamente, ou de como eles estão ou podem vir a estar dispostos motivacionalmente. Todos esses me parecem bons argumentos. Meu ceticismo não tem como alvo a existência ou não de pretensões normativas associadas ao perfeccionismo de Nietzsche. O que me parece menos convincente na caracterização de Robertson é justamente a decisão de deflacionar essas pretensões e limitá-las ao âmbito de um perfeccionismo de feitio acentuadamente individualista e quase-estético. Essa decisão, por mais bem fundamentada que seja do ponto de vista sistemático e de coerência

interna, parece ir de encontro à forte inclinação nietzschiana de pensar as formas de vida e os ideais éticos no contexto mais amplo do mundo da cultura e que por vezes atrita com a veia mais individualista que sua crítica à normatividade moral autorizaria. Qualquer caracterização dos compromissos normativos de Nietzsche que não trate explicitamente do modo como ele pensa a conexão entre o ideal perfeccionista e o mundo da cultura como um todo (suas asserções reiteradas de que é o futuro da humanidade que está sob ameaça com a hegemonia da moralidade)<sup>21</sup> parece excluir algo importante. Não é óbvio se o modelo deflacionado de Robertson permite pensar estas conexões, ou se permite pensá-las de forma satisfatória<sup>22</sup>.

## VII Metaética: não metafísica, não reformista

Concluo essa apresentação com as considerações metaéticas de Robertson, que encerram a longa e paciente reconstrução da teoria ética de Nietzsche e ocupam o décimo segundo e último capítulo propriamente argumentativo de seu livro. Também aqui o autor tem algo de inovador a propor, após a usual advertência de que toda atribuição de teses metaéticas a Nietzsche deve conviver com o risco de anacronismo e com os desafios da subdeterminação das evidências textuais (cf. p. 334). Feita a advertência, o capítulo se entrega à tarefa dialética de examinar as diversas teses metaéticas que têm sido atribuídas ao filósofo pela pesquisa recente, construindo tanto por contraste quanto por acúmulo a sua própria perspectiva, que ele chama de irrealista (em oposição às teorias realistas e antirrealistas mais difundidas na literatura). Penso que se possa concordar com Robertson quanto a isso: qualquer posição metaética que se queira atribuir a Nietzsche será o resultado de algum esforço de reconstrução. Portanto, para decidir entre as diversas teorias disponíveis precisamos de parâmetros que não sejam estritamente exegéticos, ainda que não contradigam frontalmente os textos de Nietzsche. Robertson propõe inicialmente dois critérios que não são particularmente controversos: (i) qualquer teoria metaética que se queira atribuir a Nietzsche deve ser consistente com sua teoria do erro, ou seja, com o conjunto heterogêneo de argumentos que ele mobiliza para rejeitar a objetividade moral, isto é, a tese metafísica segundo a qual existem propriedades normativas ontologicamente robustas que estariam na base da autoridade categórica usualmente

<sup>21</sup> Sobre essa característica do perfeccionismo de Nietzsche, ver o artigo de Siemens publicado neste mesmo dossiê.

<sup>22</sup> O artigo de Mattioli (2021) para a primeira parte deste dossiê oferece uma solução mais robusta para o engajamento normativo de Nietzsche, que permite entender *razões* em sentido mais forte do que o modelo autorizado por Robertson, em que elas são sempre *referidas ao e dependentes do* conjunto motivacional dos agentes. Mas o preço que se paga por isso é a atribuição a Nietzsche de uma teoria realista sobre valores, e com ela a suspeita incontornável de que isso expõe sua posição às críticas (pelo menos às objeções formais, embora não necessariamente de conteúdo) que ele dirige ao modelo moral de normatividade.

reivindicada para as normas e deveres morais; além disso, (ii) qualquer teoria metaética que se queira atribuir a Nietzsche deve evitar o niilismo global como uma opção, ou seja, deve ser consistente com o fato de ele endossar (mesmo que não tenha direito a elas, eu acrescentaria de minha parte!) teses valorativas e normativas (cf. p. 335). Na sequência, Robertson constrói dialeticamente o seu caso a partir da incorporação de três novos parâmetros, que são progressivamente mais exigentes (e previsivelmente mais controversos) e permitem eliminar candidatos possíveis, na ordem dos menos aos mais verossímeis e competitivos: teorias realistas, na sequência formas de quase realismo e de não cognitivismo e, por fim, o ficcionalismo e outras formas de antirrealismo em metaética (cf. seções 12.1 a 12.4, p. 334-358). Esses parâmetros selecionam a teoria metaética privilegiada por Robertson, que é uma forma de irrealismo. O irrealismo tem em comum com as teorias realistas a tese de que existem verdades normativas ou valorativas (proposições normativas podem ser verdadeiras ou falsas); mas, contrariamente ao realismo, o irrealista recusa a tese de que o que torna essas proposições verdadeiras é a existência de propriedades ontologicamente robustas; as condições de verdade para as proposições normativas/valorativas bastam para torna-las verdadeiras, sem a necessidade adicional de se postular propriedades ou fatos normativos que seriam capturados ou referidos por essas proposições. O irrealismo é atraente justamente por satisfazer os cinco parâmetros fixados por Robertson (claro que aqui há alguma circularidade, mas espera-se que ela seja virtuosa); ele é compatível com a teoria do erro subjacente a uma gama de argumentos que Nietzsche mobiliza contra a objetividade moral; ele prescinde ao mesmo tempo da adoção de teses contraintuitivas acerca do discurso e do pensamento valorativo, como ocorre necessariamente com as variantes de não cognitivismo e de ficcionalismo, mas o faz sem se comprometer com a existência de propriedades normativas, como ocorre com as teorias realistas; ele não precisa comprometer Nietzsche com teorias correspondencialistas da verdade que seriam incompatíveis com o seu perspectivismo, acomodando bem a sua psicologia moral sentimentalista; ele acomoda os enunciados normativos de Nietzsche que envolvem reivindicações de verdade, se entendermos que esses enunciados podem ser “objetivamente” verdadeiros no sentido mínimo de que sua verdade independe das atitudes e crenças do sujeito que os enuncia, mas ao mesmo tempo possuem condições “subjetivas” na medida em que suas condições de verdade remetem necessariamente a traços de indivíduos particulares (seus motivos, etc.); a semântica irrealista teria a vantagem de permitir que os nossos motivos conformem os nossos juízos e razões sem ter que se comprometer com as complicações de uma teoria não cognitivista. O irrealismo explica também por que Nietzsche se interessou pouco por

especular positivamente sobre as bases metafísicas de nossa vida normativa. Ele parte do fato de que nossos pensamentos normativos e valorativos (não morais) têm conteúdo.

Embora Robertson não explore detalhadamente essa sugestão, o irrealismo que ele atribui a Nietzsche nos ajuda a compreender sua tese de que seres humanos são sobretudo animais que valoram, e essa atividade é pervasiva e anterior ao fato de termos conceitos normativos. Ela se expressa de forma mais básica e primitiva no modo como interpretamos e experienciamos o mundo positiva ou negativamente já no âmbito da percepção (e, nas formulações mais radicais de Nietzsche, se estende ao conjunto do mundo orgânico). O pensamento consciente e conceitualmente articulado está em continuidade com esse conjunto de atitudes básicas que permeiam a nossa relação com o mundo e que têm sempre uma determinada valência. O fato de termos nos tornado animais normativos (sensíveis a normas propriamente sociais) não representa uma ruptura radical com os processos avaliativos sem conteúdo propriamente conceitual, como mostra a segunda Dissertação da *Genealogia da Moral* em suas primeiras seções. E a introdução desse equipamento conceitual como resultado de fortes pressões sociais não precisaria ter tido como resultado final a sua hipostasiação, e Nietzsche tem algumas sugestões interessantes de porque essas suposições metafísicas se imiscuíram em nossa reflexão metanormativa. Resistir a essa tendência à reificação não exige a adoção de teorias metaéticas fortemente revisionistas ou reformistas (essa é a expectativa, pelo menos), nem a adoção de teorias explicativas reducionistas que supõem que o mundo natural cientificamente esclarecido não deixa espaço para a nossa vida normativa, como se ela exigisse uma acomodação impossível. Essa impossibilidade se restringe tão somente ao tipo de autoridade normativa reivindicada pela moralidade, com sua incondicionalidade, universalidade e objetividade forte. O irrealismo é uma posição metaética que aceita o fato de que nossos pensamentos normativos e valorativos (desde que *modestamente* compreendidos) têm conteúdo e condições de verdade, e que a fixação dessas condições de verdade envolve uma disputa substantiva acerca do que torna uma vida eticamente valiosa e do que é ter *boas razões* para cultivar as disposições que conduzem à promoção dos bens a ela associados.

### **VIII Considerações finais**

O livro de Robertson tem pretensões tanto exegéticas quanto sistemáticas. Como vimos, ele tem coisas inovadoras e estimulantes a dizer tanto para um leitor prioritariamente interessado em compreender a teoria moral nietzschiana quanto para aquele interessado em

questões mais amplas de teoria moral contemporânea, em especial na tradição analítica. O livro percorre com competência e segurança os principais debates da área, com posicionamentos claros e corajosos nos âmbitos da teoria normativa, dos debates em metaética, da psicologia moral e dos estudos nietzschianos, mobilizando pacientemente uma série de recursos argumentativos e exegéticos que lhe permite entregar ao leitor uma imagem final do ideal perfeccionista de Nietzsche que é teoricamente consistente e que se estabelece como uma alternativa relevante na paisagem ética contemporânea. Para o leitor interessado em um sumário dos resultados alcançados, recomendo a leitura do capítulo 13, com suas observações conclusivas.

É possível que o leitor usual de Nietzsche tenha alguma resistência ao que pode soar como uma excessiva domesticação do pensamento nietzschiano, que é reconstruído de modo a oferecer respostas específicas (nem todas absolutamente inovadoras, mas algumas certamente perturbadoras) para as questões que compõem parte da agenda da ética analítica. O leitor deverá finalmente se perguntar se as escolhas metodológicas e o estilo de exposição adotados por Robertson, hegemônicos na tradição analítica, não o impedem de fazer inteira justiça àquilo que ele mesmo, na derradeira seção do livro (13.3, p. 373-376), considera o traço mais distintivo do pensamento ético de Nietzsche (traço que faz com que ele destoe da tradição não apenas no que concerne às teses substantivas, mas também em relação aos seus objetivos, métodos e estilos): a sua elevada disposição ao risco, que contrasta com a aversão ao risco identificada por ele como um traço recorrente do pensamento ético no ocidente. Suspeito que no final das contas a resposta que cada leitor dará a esta questão dependerá antes daquilo que define mais profundamente o seu gosto filosófico do que da plausibilidade e verossimilhança da intrincada narrativa que Robertson tece pacientemente ao longo das 400 páginas de seu livro. São 400 páginas, e nenhuma delas se debruça sobre os aspectos retóricos de uma filosofia que optou por correr riscos sobretudo na adoção de formas pouco convencionais de exposição e de argumentação, e que se dedicou a buscar para o seu pensamento ético soluções estilística e expressivamente adequadas com o mesmo ou maior afincamento do que aquele empregado na busca por formulações teoricamente precisas. Para uma leitura que caracteriza o perfeccionismo de Nietzsche como individualista, quase-estético e antiteórico, uma maior sensibilidade a esses aspectos retóricos e aos inúmeros riscos que eles impõem ao exercício da comunicação filosófica parece uma expectativa razoável. Se Robertson tivesse se proposto a satisfazê-la, ainda que parcialmente, ele teria corrido o risco de nos entregar um livro menos equilibrado, mas mais fiel ao espírito subversivo de Nietzsche e, provavelmente, mais fiel também ao seu



engajamento em prol da produção de tipos de excelência. De todo modo, a tarefa pode ser assumida por outros leitores, caso se sintam instigados a testar as implicações literárias e estilísticas do modelo de perfeccionismo cujos contornos teóricos foram tão bem delineados no texto de Robertson. Esse feito basta para recomendarmos sem qualquer hesitação a sua leitura.

### Referências bibliográficas

Clark, M. “On the Rejection of Morality: Bernard Williams’s Debt to Nietzsche”. In: Schacht, R. (ed.). *Nietzsche’s Postmoralism*, ed. R. Schacht. Cambridge: CUP, 2001, p. 100–22.

Conant, James (2001). “Nietzsche’s Perfectionism: A Reading of *Schopenhauer as Educator*”. In: Schacht, R. (ed.). *Nietzsche’s Postmoralism*. Cambridge: CUP: 181–257.

Foot, P. “Morality as a System of Hypothetical Imperatives”. In: Foot, P. *Virtues and Vices*. Oxford: Blackwell, 1978: p. 157–74.

Foot, P. “Nietzsche’s Immoralism”. In: Schacht, R. (ed.). *Nietzsche, Genealogy, Morality*, Berkeley: University of California Press, 1994: p. 1–14.

Foot, P. “Nietzsche: The Revaluation of All Values”. In: Richardson, J. & Leiter, B. (eds.). *Nietzsche*. Oxford: OUP, 2001: p. 210–20.

Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

Hurka, T. “Nietzsche: Perfectionist.” In: Leiter, B. & Sinhababu, N. (eds.). *Nietzsche and Morality*. Oxford: OUP, p. 9–31.

Joyce, R. *The Evolution of Morality*. Cambridge: MA: MIT Press, 2006.

Lopes, R. “A catástrofe do humanismo: agonismo e perfeccionismo em Nietzsche.” In: CARVALHO, R. COSTA, G. & MOTA, T. (Org.). *Nietzsche-Schopenhauer: ecologia cinza, natureza agônica*. Fortaleza: EdUECE, 2013: p. 297-331.

Mackie, J. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Harmondsworth: Penguin, 1997.

Mattioli, W. “Perfeccionismo e realismo moral em Nietzsche”. In: *Estudos Nietzsche*. Espírito Santo (v. 12), n. 2, jul./dez. 2021: p. 77-109.

Nietzsche, F. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe* (15 volumes). Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988.

Ottmann, H. *Philosophie und Politik bei Nietzsche*. Berlin: de Gruyter, 1999.

Owen, D. “Equality, Democracy, and Self-Respect: Reflections on Nietzsche’s Agonal Perfectionism”. In: *Journal of Nietzsche Studies* 24: 2002: p. 113–31.

Prinz, J. *The Emotional Construction of Morals*. Oxford: OUP, 2007.

Rawls, J. *Uma Teoria da Justiça*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Robertson, S. *Nietzsche and Contemporary Ethics*. Oxford: OUP, 2020.

Robertson, S. “The Scope Problem—Nietzsche, the Moral, Ethical, and Quasi-Aesthetic”. In: Janaway, C. & Robertson, S. (eds.). *Nietzsche, Naturalism and Normativity*. Oxford: OUP, 2012, p. 81–110.

Rocha- Santos, O. “A moralidade individual como um tipo de perfeccionismo em sentido amplo.” In: *Estudos Nietzsche*. Espírito Santo (vol. 13), n. 1, jan./jun. 2022.

Siemens, H. “Agonal Communities of Taste: Law and Community in Nietzsche’s Philosophy of Transvaluation”. In: *Journal of Nietzsche Studies* 24: 2002: p. 83–112.

Williams, B. “A Psicologia moral minimalista de Nietzsche”. Trad. Alice Medrado. In: *Cadernos Nietzsche*, n. 29, vol. I. SP: Guarulhos, 2011: p. 15-33.

Zavatta, B. “Nas raízes do perfeccionismo nietzschiano: a contribuição de Emerson.” In: *Estudos Nietzsche*. Espírito Santo (v. 12), n. 2, jul./dez. 2021: p. 52-76